

# Quilombo luta para legalizar terras no Pará

**AURELIANO BIANCARELLI**  
Enviado especial ao Alto Trombetas

A comunidade negra de Boa Vista, às margens do rio Trombetas, município de Oriximiná, no Pará, pode ser o primeiro "remanescente de quilombo" a ter suas terras legalizadas, como prevê a Constituição. Ontem, 13 de maio, os moradores não comemoraram a "libertação dos escravos". Passaram o dia trançando folhas de ubim — uma espécie de palmeira — para cobrir um grande barracão de festas. Preparam as comemorações daquilo que chamam o "começo da libertação".



"Continuamos pobres e explorados, mas queremos a terra que é nossa", diz Manoel Edilson Santos de Jesus, 27, presidente da Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo Boa Vista.

A Constituição garante aos descendentes de escravos fugitivos o direito às terras onde seus antepassados construíram seus quilombos.

Uma das exigências é que a comunidade crie uma associação. O processo é conduzido pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

A comunidade de Boa Vista saiu na frente. Quinze meses atrás, funcionários do Incra estiveram na região contando as famílias e medindo as terras. Desde o mês passado, o processo está em Brasília.

"Boa Vista tem a vantagem de estar em terras devolutas da União, sem conflitos com fazendeiros nem mineradoras", diz a antropóloga Lúcia Andrade, da Comissão Pró-Índio de São Paulo, que assessora a Associação dos Remanescentes de Quilombos de Oriximiná.

## 'Não comemoramos 13 de maio'

Do enviado especial ao Alto Trombetas

Na pequena escola municipal de Boa Vista, a professora Jucilene dos Santos, 27, também descendente de escravos, trata o dia 13 de maio e a princesa Isabel como "uma matéria qualquer".

"Aqui só comemoramos o 20 de novembro, que é a morte do grande líder Zumbi", ela diz.

Na classe, a diretora Deusa Freire do Nascimento, branca, diz aos alunos que "a cor negra não significa escravidão".

Mas os líderes da comunidade estão preocupados. A escola local só ensina até o primário — 4ª série do primeiro grau.

Os que vão para Porto Trombetas não estão conseguindo acompanhar as crianças brancas. Apenas uma chegou ao colegial. O único estudante da comunidade que prestou vestibular não passou.

Apenas três casas da comunidade têm geladeira.

Todas têm aparelho de TV alimentados por bateria. Os moradores acompanham as novelas e assistem telejornais. Uma das casas, coberta de folhas de palmeira, já ostenta uma parabólica.

José dos Santos, 86, é o patriarca da comunidade Boa Vista. Tem cinco filhos, 45 netos e 31 bisnetos. Caminha apoiado num cabo de



Boa Vista é uma das 21 comunidades negras do Trombetas que reivindicam o direito às terras de antigos quilombos.

Há quase dois séculos, seus antepassados fugiram das fazendas de gado e cacau da região de Santarém —Baixo Amazonas— e subiram o Trombetas remando.

Sucessivas expedições de captura foram empurrando os negros rio acima, até que o último quilombo se instalou no rio Turuna, longe 45 dias de barco.

De todas as comunidades do Trombetas, Boa Vista é a que mais rapidamente vem perdendo suas tradições. A Mineração Rio do Norte —associação de empresas nacionais e estrangeiras— instalou uma cidade na vizinhança.

Porto Trombetas tem aeroporto, bancos, restaurantes, uma boa escola. Boa Vista, a três quilômetros dali, não tem energia elétrica.

Muitas das mulheres são empregadas domésticas nas casas de funcionários da mineradora.

vassoura e veste velhas camisetas e bonés oferecidos por políticos da região. Santos é quem conta histórias de seus avós escravos.

"Eles tinham que levar brasas na palma da mão para acender o cachimbo de seus patrões, contava minha avó." (AB)